

Estágio supervisionado e sua contribuição para a formação dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica

Supervised Internship and Its Contribution to Students' Development in Professional and Technological Education

Recebido: 23/06/2025 | **Revisado:** 11/09/2025 | **Aceito:** 02/10/2025 | **Publicado:** 31/08/2026

Joceli Chiabai Giuberti
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3799-1147>
Instituto Federal do Espírito Santo
joceli.giuberti@ifes.edu.br

Octavio Cavaleri Junior
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8063-5484>
Instituto Federal do Espírito Santo
cavalerioc@ifes.edu.br

José Cláudio Valbuza
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8465-6469>
Instituto Federal do Espírito Santo
jose.valbuza@ifes.edu.br

Como citar: GIUBERTI, J. C.; JUNIOR, C. C.; VALBUZA, J. C. Estágio supervisionado e sua contribuição para a formação dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 02, n. 26, p.1-24 e18719, ago. 2026. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O estágio supervisionado é um ato educativo escolar, que visa preparar os estudantes para o mundo do trabalho, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem. Este estudo tem por objetivo investigar qual percepção possuem os estudantes dos cursos técnicos integrados ao nível médio, em relação ao estágio supervisionado e à sua formação humana integral. Trata-se de uma pesquisa exploratória, cujo procedimento técnico utilizado foi o estudo de caso. Os instrumentos de produção de dados incluíram entrevistas com os estudantes e a coordenadora de curso, além de uma roda de conversa com os discentes. Entre os principais resultados obtidos, destaca-se o reconhecimento parcial da importância do estágio para a formação dos discentes o que repercute na baixa procura para a realização dessa atividade.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Estágio Supervisionado; Formação Humana Integral; Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio.

Abstract

Supervised internship is an educational act that aims to prepare students for the world of work, contributing to the teaching-learning process. This study aims to investigate the perceptions of students enrolled in integrated technical high school programs regarding supervised internships and their comprehensive human development. This is an exploratory research, and the technical procedure adopted was a case study. The data collection instruments included interviews with students and the course coordinator, as well as a discussion circle with the students. Among the main findings, the partial recognition of the importance of the internship for students' development stands out, which reflects in the low demand for this activity.

Keywords: Professional and Technological Education; Supervised Internship; Integral Human Education; Integrated Technical High School Course.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, ao longo das décadas, vem se consolidando como uma modalidade de educação bastante reconhecida por sua ênfase na integração entre teoria e prática. A EPT integrada ao ensino médio tende a romper com a ideia de separação entre educação básica e técnica, recuperando o sentido da formação completa do ser humano, promovendo uma concepção de educação que integra ciência e cultura, humanismo e tecnologia, com o propósito de desenvolver todas as capacidades humanas. Sob essa ótica, a meta de se tornar profissional não seria apenas para atender às demandas do mercado, mas sim oferecer oportunidades aos estudantes em realizar seus projetos de vida, os quais são influenciados pelo contexto social, resultando em uma *formação omnilateral*¹(Ramos, 2014).

Nesse cenário, o estágio supervisionado é apontado como uma prática bastante enriquecedora para o processo de ensino-aprendizagem dos discentes. Devido a sua relevância, em 2008, foi instituída a Lei nº 11.788 (Brasil, 2008), conhecida como Lei do Estágio, que estabelece diretrizes importantes sobre os direitos e deveres do estagiário, o papel de cada envolvido, como também as obrigações das instituições de ensino e das organizações concedentes. Ela define o estágio como um ato educativo escolar, que é desenvolvido no ambiente de trabalho, preparando o educando para o trabalho produtivo. Ela também aborda a contextualização do currículo com as habilidades específicas da prática profissional com o objetivo de preparar o estudante para a vida cidadã e para sua inserção no mundo do trabalho (Brasil, 2008).

Apesar das contribuições do estágio supervisionado para sua formação humana integral², observa-se certo desinteresse por parte dos estudantes dos cursos técnicos de nível médio com relação aos programas de estágios divulgados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) - Campus Colatina. Essa questão nos leva a questionar se os discentes compreendem a importância do estágio supervisionado para sua formação.

Com base nesse panorama, este estudo tem como objetivo investigar qual a percepção que os discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, do Ifes Campus Colatina possuem em relação ao estágio supervisionado e sua formação humana integral, buscando identificar questões relevantes para as orientações desses estudantes e daqueles que ainda não iniciaram essa etapa curricular.

¹ Sua origem remota está na educação socialista que pretendia ser *omnilateral* no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica (Ciavatta, 2014, p. 190).

² A formação humana integral, sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. (Ramos, 2014, p. 86).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, a formação profissional no Brasil passou por profundas transformações, desde as práticas empíricas dos povos indígenas até a estruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esse percurso foi marcado por diversos esforços de romper a dicotomia entre o ensino propedêutico e o profissionalizante, com o intuito de promover uma formação que integre teoria e a prática. Nesse contexto, os Institutos Federais desempenham um importante papel na oferta de uma educação de qualidade e na formação humana integral em diversos níveis de ensino, preparando os estudantes para enfrentarem os desafios do mundo contemporâneo e contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e científico do país.

Ramos (2014), defende a ideia de que a formação humana integral deve transcender a divisão histórica do ser humano entre trabalhos práticos e intelectuais. A integração entre o ensino profissional e o ensino médio representa, portanto, uma proposta filosófica de educação que busca contemplar todas as dimensões formativas do ser humano. Ciavatta (2012), por sua vez, destaca que essa formação visa superar o dualismo educação e trabalho, isto é a separação daqueles que pensam e daqueles que executam.

Com base nessa compreensão, entende-se que a educação tecnológica e o ensino integrado constituem estratégias eficazes para articular as dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Essa articulação contribui para impulsionar a melhoria da educação em direção a uma *formação omnilateral*, especialmente através do Ensino Médio Integrado.

No entanto, conforme explicam Leão, Dayrell e Reis (2011), é importante destacar que as instituições de ensino precisam ser um espaço de formação que superem currículos fragmentados e desconectados da realidade dos estudantes, já que para muitos jovens, a escola representa um espaço de expectativas e sonhos, por isso deve acolher suas vivências e aspirações.

Nesse sentido, a formação no Ensino Médio deve articular conhecimentos gerais e específicos, garantindo aos estudantes não apenas uma qualificação para o mundo do trabalho, mas também formação ampla, que possibilite sua atuação cidadã e seu contínuo desenvolvimento. Esse princípio é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, estabelece como uma das finalidades do Ensino Médio: “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (Brasil, 2017, p. 24).

Nessa mesma direção, a relação entre educação e trabalho se estabelece de forma bidirecional. De um lado, a educação proporciona habilidades e conhecimentos necessários para inserção e o bom desempenho no mundo do trabalho. Do outro, o trabalho contribui para a aprendizagem contínua e o desenvolvimento profissional dos indivíduos, possibilitando a aquisição de novas habilidades, saberes e experiências ao longo de sua vida. Superar a dicotomia entre

teoria e prática, bem como trabalho e educação, revela-se portanto, essencial para promover uma formação que integre essas dimensões de maneira equilibrada e significativa.

Frigotto (2012), ainda explica que o mundo do trabalho sofre constantes mudanças que por sua vez estão ligadas às transformações culturais e científicas da sociedade. Para o autor a cultura molda a forma como o trabalho é concebido e valorizado, enquanto a ciência contribui para o desenvolvimento de tecnologias e inovações que impactam as práticas laborais.

Assim, é fundamental para as instituições de ensino explorarem uma abordagem que priorize o trabalho como princípio educativo, visando transcender a divisão entre trabalho manual e intelectual. Isso possibilita integrar essas duas dimensões (intelectual e produtiva), contribuindo para a formação de profissionais aptos a desempenhar papéis de forma autônoma e não alienada (Ciavatta, 2012).

Nessa perspectiva, Ramos (2014) aprofunda a compreensão sobre o trabalho como princípio educativo ao destacar que essa concepção vai além da ideia de “aprender fazendo”. Se faz necessário reconhecer o ser humano como sujeito histórico, produtor de sua própria realidade e capaz de transformá-la por meio de suas ações. O trabalho deixa de ser apenas um meio para aquisição de habilidades e passa a ser compreendido como uma dimensão formativa para a constituição do sujeito.

De forma complementar, Saviani (2007) aborda o trabalho como um princípio educativo à medida que proporciona o desenvolvimento de diversas habilidades e saberes que são fundamentais para a formação dos indivíduos. O autor também explica que ao se envolverem em atividades laborais, os indivíduos adquirem conhecimentos técnicos, aprendem a lidar com desafios, desenvolvem o senso de responsabilidade e constroem uma percepção mais crítica sobre o mundo do trabalho e seus desafios (Saviani, 2007).

É nesse cenário que o estágio supervisionado se insere como uma ferramenta pedagógica relevante. Integrado ao currículo do Ensino Médio, contribui para superar a fragmentação entre teoria e prática, e fortalecer o processo formativo dos estudantes. Ele torna a educação mais dinâmica, pois permite vivenciar os conteúdos aprendidos em sala de aula em contextos práticos, além de estimular o desenvolvimento de habilidades, intuição profissional e autonomia, ampliando as possibilidades de aprendizagem, fortalecendo sua formação.

Silva e Marcusso (2022) destacam que o estágio é uma oportunidade para os estudantes ampliarem os conhecimentos adquiridos. Ao se envolverem nessa atividade, eles têm a chance de aprimorar sua aprendizagem em um ambiente diferente do escolar e interagir com diversos profissionais, além de auxiliar na identificação do alinhamento do estudante com sua formação. Quando realizado de maneira eficaz, o estágio promove crescimento pessoal através da troca de experiências, do exercício da autonomia e da análise crítica.

Hoje, o estágio supervisionado é regulamentado pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), que estabelece diretrizes para a realização de

estágios por estudantes em instituições públicas e privadas. Em seu Art. 1º, traz a definição do estágio como um:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008, p. 1).

Para Zabalza (2015), o estágio contribuiu significativamente para que o estudante compreenda melhor a área profissional que pretende seguir. Além disso, constitui uma oportunidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, por meio de experiências práticas, que tornam os conteúdos mais significativos e permitem ao aluno identificar tanto suas potencialidades quanto as fragilidades em relação à profissão escolhida.

Nesse contexto, Colombo e Ballão (2014) destacam que uma das principais finalidades do estágio é fortalecer o desenvolvimento profissional do estudante por meio da vivência prática no ambiente de trabalho. Para os autores, a articulação entre teoria e prática favorece a ressignificação de conceitos e contribui para um aprendizado mais significativo, estimula o pensamento crítico e gera ganhos pedagógicos relevantes.

Embora o estágio supervisionado exerça um papel fundamental na integração dos conhecimentos adquiridos nas diferentes disciplinas e na preparação para o mundo do trabalho, ele não pode ser considerado apenas uma porta de entrada para o mercado de trabalho. Colombo e Ballão (2014) também alertam sobre a necessidade de se evitar a associação do estágio supervisionado como trabalho precarizado ou à utilização de mão de obra barata, influenciada pelas demandas e exigências do mercado de trabalho capitalista.

Complementando a discussão, Souza (2018) afirma que o estágio supervisionado quando caracterizado como trabalho precário, perde a sua finalidade e se desvincula do processo de ensino-aprendizagem. Nessa lógica mercantilista, teoria e prática são tratados como elementos dissociados e que não necessitam de uma interligação para a construção do conhecimento. O autor ressalta que, o estágio supervisionado visto apenas como uma estratégia de entrada no mercado de trabalho, perde seu caráter pedagógico.

Dessa forma, superar a visão de estágio supervisionado como sinônimo de trabalho precarizado exige que a escola assuma o seu papel de promotora de uma formação omnilateral, crítica e emancipatória. Paralelamente, os estudantes precisam compreender que teoria e prática são complementares e caminham juntas na construção de uma aprendizagem significativa.

Diante deste contexto, o estágio supervisionado precisa ser ressignificado. Quando valorizamos as experiências dos estudantes e promovemos um diálogo com

os saberes escolares, o estágio deixa de ser apenas uma preparação para o mundo do trabalho e passa a ser parte da formação humana integral dos alunos, contribuindo para a construção de indivíduos mais autônomos, conscientes de si, e de seu papel na sociedade, possibilitando sua atuação no mundo de forma ética, crítica e transformadora.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa possui uma natureza aplicada com abordagem qualitativa, pois para a interpretação dos dados produzidos foi realizada uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados e não serão empregados dados estatísticos em suas análises (Marconi; Lakatos, 2017).

Do ponto de vista do seu objetivo geral, optou-se em realizar uma análise exploratória dos dados qualitativos, além de utilizar como procedimento técnico o estudo de caso. A escolha pelo estudo de caso se justifica por possibilitar ao pesquisador um exame mais profundo e exaustivo do fenômeno investigado, permitindo um amplo e detalhado conhecimento (Gil, 2010).

Nesta pesquisa, o estudo de caso propiciou uma exploração mais aprofundada em relação ao que os sujeitos pensam, sabem e desconhecem sobre o assunto pesquisado, o que contribuiu para uma melhor compreensão do problema e de formas para minimizá-lo. Para tanto, foram realizadas, junto ao público-alvo, entrevistas com perguntas semiestruturadas, além de uma roda de conversa.

O intuito de utilizar entrevistas para a produção dos dados é buscar informações, face a face, junto aos indivíduos entrevistados, o que permite uma conversa interativa e orientada, de forma a atender o objetivo estabelecido pelo pesquisador (Manzini, 2003).

Também, optou-se pela roda de conversa por ser um método que favorece o diálogo e abre espaço para que os sujeitos envolvidos estabeleçam uma interação, favorecendo suas concepções sobre si e o ambiente escolar (Melo; Cruz, 2014).

O local de investigação foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes Campus Colatina e o curso investigado foi o Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio, onde estágio supervisionado é um componente curricular optativo de 400h. O público-alvo foram estudantes matriculados nas turmas de 3º e 4º anos, além da Coordenadora do referido curso, totalizando um quantitativo de 26 participantes.

A escolha por esse grupo de alunos se deve ao fato de que já estudaram boa parte das disciplinas técnicas e possuem uma melhor compreensão da atuação do Técnico em Informática para Internet no mundo do trabalho. Definiu-se também em investigar a Coordenadora do Curso, por ela ter contato direto com os estudantes e também por ser responsável em aprovar os planos de estágios referentes ao seu curso, pressupondo um entendimento do funcionamento e operacionalização do estágio no *campus*.

Foram elaborados três roteiros diferentes de entrevistas: um roteiro aplicado a três alunos que estão participando ou já participaram de algum programa de estágio; um roteiro aplicado a cinco alunos que não participam de programas de estágio; e um roteiro aplicado a Coordenadora. Esses roteiros foram construídos com o intuito de compreender a percepção, de cada grupo de entrevistados, em relação ao estágio supervisionado e a formação humana integral, de como são repassadas as informações, além de averiguar as principais razões pela falta de interesse dos discentes na participação dos programas de estágio supervisionado divulgados pela instituição.

Ainda em relação as entrevistas, conforme indicado por Gil (2010) elas devem ser em número suficiente para que se manifeste todos os atores relevantes. Assim, cabe ressaltar que esse quantitativo de entrevistados foi suficiente para analisar como o estágio supervisionado tem sido tratado junto aos estudantes e a gestão, bem como para identificar pontos essenciais que ajudam a compreender a baixa procura, por parte dos alunos, pelos programas de estágio divulgados pelo *campus* Colatina.

A roda de conversa, contou com a participação voluntária de 17 estudantes e teve como finalidade ampliar a discussão sobre estágio supervisionado. De acordo com Melo e Cruz (2014) as rodas de conversas favorecem que os participantes exponham suas opiniões, conceitos e concepções sobre o tema analisado, de forma concomitante e participativa, favorecendo o enriquecimento da discussão e a reflexão do que foi abordado pelo grupo. Assim, o roteiro seguido para a realização da roda de conversa foi elaborado após a realização de algumas entrevistas e da análise documental, a fim de abordarmos questões relevantes e que enriquecesse a discussão.

Tanto para a participação das entrevistas quanto para a roda de conversa foi necessário que os participantes preenchessem e assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para os pais e/ou responsável legal e os maiores de idade, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), para os estudantes menores de idade, além do termo de autorização para utilização de imagem e som de voz. O diálogo verbal das entrevistas e roda de conversa foram gravados e posteriormente transcritos para um suporte escrito com o auxílio de uma ferramenta de computação em nuvem. Para a transcrição utilizamos o *Google Colaboratory*, que é uma plataforma gratuita do Google onde permite a criação e execução de códigos, sem a necessidade de configurar ou instalar qualquer software no computador.

Como técnica para análise dos dados obtidos, foi aplicada a metodologia de análise de conteúdo, organizada em torno de três polos cronológicos: a pré-análise, onde o pesquisador organiza o material que será útil à pesquisa, e compreende as etapas de leitura flutuante, escolha dos documentos, reformulação de objetivos e hipóteses e a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores. Após essa fase, procede-se a exploração do material, efetuando a categorização ou codificação da pesquisa, e por último se faz o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação (Bardin, 2016).

Assim, seguindo a sequência sugerida por Bardin (2016), foram realizadas múltiplas leituras dos dados, buscando compreender os conteúdos e através de uma codificação manual, classificá-los em unidades de significados. Em seguida, essas unidades foram agrupadas por temas, e posteriormente, reagrupadas em categorias de análise, de acordo com o significado e a similaridade de conteúdos (critério de categorização semântico). Finalizamos com a síntese interpretativa que compôs a discussão dos dados.

Assim, os dados coletados foram organizados nas seguintes categorias: Educação Profissional e Tecnológica e a formação humana integral; Estágio supervisionado: percepção, expectativas e conhecimento legal; Divulgação e participação dos programas de estágio.

Visando a manutenção do sigilo, os trechos das entrevistas e roda de conversa, receberam uma identificação alfanumérica. Os estudantes entrevistados que realizam ou já realizaram estágio foram identificados pela letra S, seguida pelos números de 1 a 3 e, os que não realizam estágio, pela letra N, seguida pelos números de 1 a 5. Já os estudantes que participaram da roda de conversa foram identificados com a letra R, seguida pelos números de 1 a 17.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A PERCEPÇÃO E IMPRESSÕES DOS DISCENTES

A fim de compreendermos o que os entrevistados pensam sobre o estágio supervisionado, realizamos o seguinte questionamento: “Para você o que é o estágio supervisionado?”. Entre as respostas obtidas, notou-se que existem percepções diferentes entre os entrevistados, alguns veem o estágio como uma possibilidade para ingressar ao mercado de trabalho com o suporte de uma supervisão, e outros que o consideram uma oportunidade para aprimorar os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Os trechos das falas estão demonstrados a seguir:

Seria mais as portas para o mercado de trabalho, para ter uma noção de como é. (S1)

Olha, eu acho que é assim, é o que eu estou fazendo agora no estágio. Tudo que eu faço é monitorado e o meu supervisor me ensina muito. Não só o supervisor, mas todo o pessoal que fica comigo na sala. Eu aprendi muito, desde que eu comecei a estagiar. (S2)

O estágio supervisionado é quando você tem a possibilidade de entrar em contato com o mercado de trabalho, mas com a supervisão ainda de estar na escola. Você tem alguém para garantir seus direitos, olhar seu desempenho. É como se fosse um tutor para você entrar no mercado de trabalho ainda estudando. (S3)

Estágio supervisionado, eu vou estar trabalhando para alguém, uma empresa, mas eu vou ter uma supervisão para caso eu tenha alguma

dúvida, ou encontre algum problema que eu não consigo de resolver, ou que eu possa recorrer, também de receber dicas do supervisor, eu acho. (N1)

É você ter uma oportunidade de trabalhar com algo, principalmente, para você obter experiência do mercado de trabalho, enquanto tem uma pessoa te orientando, te dando as informações que você precisa saber, para, num futuro, num trabalho de carteira assinada e tal, você ter a experiência e saber o modo certo de agir, e as coisas certas para fazer. (N2)

Imagino que é aquele tipo de estágio que eu trabalho para alguém, só que eu vou ser supervisionado por um superior que vai me auxiliar no meu trabalho. (N3)

Eu acredito que você tem que ter um supervisor, né? Que você consegue uma vaga de estágio e aí essa pessoa fica te acompanhando, certo? (N4)

Não sei quase nada sobre estágio, nunca procurei saber. Mas eu sei que é algo para poder aprimorar aquilo que a gente aprendeu aqui na escola. (N5)

Com base nas respostas dos estudantes, incluindo aqueles que estão realizando ou já realizaram estágio, observa-se que eles possuem uma compreensão limitada e imediatista sobre o conceito de estágio supervisionado. Embora reconheçam parcialmente a importância do papel do supervisor, essa percepção ainda é insuficiente para abarcar o verdadeiro significado do estágio, que supera a oportunidade de inserção no mercado de trabalho e o aprimoramento dos conteúdos adquiridos em sala de aula.

É necessário que os discentes compreendam que o estágio proporciona vivências e aprendizagens que transcendem o conhecimento técnico e o desenvolvimento de habilidades e competências. Nesse sentido, Raulino e Diemer (2022) explicam que o estágio, enquanto parte do currículo, é uma etapa pedagógica, que vai além da simples inserção no mercado de trabalho, sendo uma oportunidade dos estudantes receberem a devida orientação e supervisão para refletirem sobre as experiências vivenciadas, reconhecendo as relações, desafios e aproximações entre teoria e prática no contexto profissional real. Essa visão, é reforçada por Zabalza (2015), ao destacar que estágio adquire um sentido formativo quando articulado à teoria, ampliando o saber a partir da experiência, promovendo o desenvolvimento pessoal, a ampliação da consciência sobre o contexto em que estão inseridos e a oportunidade de autoconhecimento, permitindo-lhes vivenciar essas reflexões de forma concreta.

Os estudantes também foram questionados sobre a Lei do Estágio e a Resolução nº 58/2018, do Conselho Superior do Ifes (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2018), que regulamenta o Estágio Supervisionado no Instituto. Os dados revelaram desconhecimento por parte dos discentes quanto a Lei nº 11.788/2008 (Brasil, 2008) e a Resolução nº 58/2018 do Conselho Superior do Ifes (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2018).

Conhecer as legislações que regulamentam o estágio no país e na instituição de ensino é fundamental para que os estudantes compreendam seus direitos e deveres durante essa experiência formativa, assegurando que sua atuação ocorra de maneira regular e pedagógica. Além disso, Colombo e Ballão (2014) alertam que conhecer as legislações que regulamentam o estágio, suas implicações, o papel de cada ator nesse processo, ajuda a evitar que esta atividade se torne uma forma de precarização das relações de trabalho.

Quando questionados sobre o que pensam a respeito da realização do estágio supervisionado para a atuação profissional e para o mundo do trabalho, todos os entrevistados apresentaram respostas positivas, indicando que apesar de poucos esclarecimentos sobre essa etapa curricular, eles conseguem vislumbrar a relevância do estágio supervisionado para sua formação.

Eu acredito que é importante. Então, seria mais como essa experiência de você ter uma obrigação e você ter que adequar o seu dia a dia para isso. Porque ao mesmo momento que eu tenho que estudar, eu tenho também os meus deveres a cumprir no estágio. E isso é basicamente a minha vida adulta. (S1)

Importante, principalmente se eu seguir nessa área. Pelas experiências que a gente tem ali dentro, principalmente de pessoa para pessoa. Por exemplo, a minha supervisora me ensinou que está tudo bem errar. Não tem problema você não saber fazer de primeira, que com ajuda a gente vai desenvolvendo. Você não precisa entrar no estágio sabendo de tudo que acontece ali dentro. Porque você está ali justamente para aprender. (S2)

Ajuda muito, inclusive eu acho que teve pouca gente na minha sala que teve essa experiência de estágio, entendeu? Então não teve muito contato. E eu acho o estágio uma coisa positiva, eu acho que deveria ter mais estágios e mais pessoas adentrarem. Mas é um empecilho essa falta de informação que a gente tem, entendeu? A pessoa também não se interessa, mas também não sabe da importância disso, entendeu? Tem que pegar esse lado para você se formar um profissional mais qualificado, mais atrativo para o mercado de trabalho. (S3)

Importante. Como eu vou estar inserido dentro de uma empresa, eu vou ter noção do trabalho da minha equipe. Porque aqui no nosso curso técnico a gente aprende a parte teórica, só que quando a gente vai trabalhar numa empresa, geralmente esse trabalho é fracionado, cada um vai receber um pedacinho e vai ser orientado por um supervisor. É completamente diferente do que a gente vê aqui. Então prepara a gente. A gente vai ter uma noção de como funcionaria dentro de uma empresa. (N1)

Ajuda a gente ter um propósito de aprender e não só trabalhar para ter um dinheiro. Porque estará te preparando para o mercado de trabalho, te dando a formação necessária para que, quando você for ingressar, de fato, no mercado de trabalho, você já entrar com o pé direito e saber exatamente o que você precisa fazer. (N2)

Acredito que é importante. Porque a pessoa acaba tendo muito contato, tanto com o que ela tem que fazer ali na hora e tanto com as

pessoas, com o ambiente que ela vai ter que trabalhar futuramente, então sim. (N5)

Os depoimentos enfatizaram, sobretudo, a importância do estágio supervisionado para o sucesso profissional. No entanto, é fundamental destacar que essa experiência vai além da inserção ao mercado de trabalho, constituindo uma oportunidade para superar a dissociação entre teoria e prática, bem como entre educação e trabalho. Essa mesma abordagem é reforçada por Pimenta e Lima (2006), quando argumentam que a aproximação do estudante à realidade profissional deve estar associada a um envolvimento intencional e reflexivo. Para os autores, é necessário ressignificar o estágio, transformando-o em um espaço que promova a reflexão crítica sobre a prática profissional e o contexto em que ela se insere.

De forma a complementar, Silva e Marcusso (2022) destacam que o ambiente e as condições oferecidas durante um estágio curricular podem estimular a curiosidade dos estudantes, incentivando-os a enfrentar desafios e a buscar soluções para novos problemas. O processo de aprendizagem se consolida por meio da interação com os colegas e com os profissionais da área, bem como da participação em diversas atividades práticas, sendo essencial a valorização do diálogo, da observação e da troca de experiências. Assim, o estudante ao adotar uma postura proativa, não apenas enriquece seus conhecimentos, mas também contribui para a instituição onde está estagiando, ao fazer perguntas, oferecer sugestões e explorar alternativas para resolver dificuldades. Essa dinâmica favorece a formação omnilateral, um dos objetivos da EPT.

Quando questionados sobre a existência de momentos de orientação com o professor-orientador ao longo do período de estágio, como reuniões, encontros ou outras formas de acompanhamento, os estudantes que realizam ou já realizaram estágio, afirmaram que esse acompanhamento ocorreu ou ocorre por meio dos relatórios periódicos de estágio, nos quais o professor-orientador verifica as atividades realizadas e dá seu parecer. A Lei nº 11.788/2008 e a Resolução CS nº 58/2018 estabelecem que tanto a instituição de ensino quanto a empresa devem designar um responsável para acompanhar as atividades do estagiário. Esse acompanhamento deve ser comprovado por meio dos vistos nos relatórios de atividades apresentados periodicamente pelo estagiário, em um intervalo máximo de seis meses (Brasil, 2008; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2018).

Entretanto, Pimenta e Lima (2006) alertam para os riscos de estágios excessivamente burocráticos, nos quais o acompanhamento se restringe ao preenchimento de fichas de observação e relatórios, sem proporcionar uma compreensão aprofundada do contexto. As autoras defendem a necessidade de um aprofundamento conceitual do estágio, no qual os professores-orientadores, em colaboração com seus pares e alunos, promovam uma análise crítica da realidade com base em fundamentações teóricas, possibilitando a construção de experiências formativas mais significativas.

Dessa forma, a escola assume um papel central na qualidade do estágio realizado, sendo responsável não apenas pelo acompanhamento formal, mas também por sua articulação com os objetivos didático-pedagógicos do curso, garantindo que essa experiência seja reflexiva e formativa, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. Assim, um acompanhamento sistemático e orientações mais próximas, por parte da instituição, podem favorecer o compartilhamento de experiências, o esclarecimento de dúvidas e a reflexão crítica sobre o percurso formativo em andamento.

Posteriormente, os mesmos estudantes foram questionados sobre quais orientações consideravam importantes ter recebido antes de iniciar o estágio. As respostas destacaram, de forma recorrente, a necessidade de maior conhecimento sobre seus direitos e deveres enquanto estagiários. Tanto a Lei nº 11.788/2008 (Brasil, 2008), quanto a Resolução nº 58/2018 do Conselho Superior do Ifes (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2018), asseguram diversos direitos aos estagiários, favorecendo uma experiência educativa alinhada à formação profissional. Por outro lado, as legislações também definem os deveres do estagiário, garantindo o cumprimento adequado das atividades e a seriedade da experiência. O estudante deve respeitar a carga horária estabelecida no Termo de Compromisso de Estágio (TCE), evitando faltas ou atrasos injustificados. Além disso, é fundamental que desempenhe as atividades designadas de acordo com o plano de estágio, contribuindo para seu aprendizado e desenvolvimento profissional. Outro compromisso do estagiário é a elaboração e entrega de relatórios periódicos, exigidos tanto pela empresa quanto pela instituição de ensino para acompanhamento do estágio (Brasil, 2008; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2018).

Em relação às dificuldades que estão encontrando ou encontraram na realização do estágio, os alunos relataram, principalmente, desafios como a falta de tempo para os estudos, o acúmulo de tarefas e a dificuldade de equilibrar a rotina acadêmica com as demandas do estágio. As respostas estão apresentadas a seguir:

Seria mais a questão do tempo, porque é algo que muda bastante da rotina. Eu preciso saber lidar com o meu tempo para não prejudicar meus estudos, e também preciso ter responsabilidades no meu estágio. (S1)

Falta de informações sobre questões do que eu poderia fazer ou não. Por eu não saber que eu poderia, por exemplo, trabalhar menos horas quando eu tivesse alguma avaliação. Eu achei que eu poderia saber um pouco mais sobre isso para me facilitar em algumas coisas. Por exemplo, eu estou no quarto ano, eu tenho que fazer o ENEM, e eu gostaria de ter trabalhado menos horas para poder focar mais nas provas, sabe? (S2)

A carga horária. Tem que ser adaptativo. Porque quando eu precisava fazer alguma coisa na escola, eu tinha compromissos a tarde, porque o Ifes é uma escola que também tem uns compromissos a mais do que outras, aí eu sempre ficava preocupado se isso daria algum problema para mim. Mas o meu

gerente era bem flexível, então consegui levar sem problema, mas tem que analisar essa realidade. (S3)

Um ponto que merece atenção da instituição, especialmente no momento da elaboração ou revisão dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), refere-se a carga horária mínima destinada ao estágio supervisionado. No PPC do curso, essa carga horária é de 400h. Caso esse número fosse reduzido, os estudantes poderiam se sentir mais motivados a realizar o estágio, inclusive no período de férias escolares, com menor impacto em suas rotinas de estudo.

Souza (2018), ainda destaca outras dificuldades, como a falta de preparo por parte das empresas para receber os estagiários e a ausência de um acompanhamento mais estruturado por parte das instituições de ensino, o que pode ocasionar um “distanciamento da compreensão do estágio supervisionado como uma experiência formativa de caráter unitário” (Souza, 2018, p. 133).

Outro problema apontado por Souza (2018) é a distorção de propósitos que o mundo do trabalho pode impor ao estagiário. Em vez de se configurar como uma experiência formativa, voltada ao desenvolvimento profissional e humano, o estágio supervisionado, muitas vezes, é tratado apenas como contratação de mão de obra barata, sem um plano de aprendizagem estruturado. Nesses casos, os estudantes acabam desempenhando funções repetitivas e operacionais, desvinculadas da sua área de formação. Essa prática compromete o potencial educativo do estágio e pode gerar desmotivação, fazendo com que os alunos percebam essa experiência mais como um obstáculo do que como uma oportunidade para sua aprendizagem e crescimento.

Quando questionados se as vagas de estágio são bem divulgadas pelo *campus*, os entrevistados apontaram falhas na comunicação e divulgação das vagas. Hoje, os processos seletivos e vagas de estágio são divulgados por meio das mídias sociais da Instituição e no site do Ifes Campus Colatina, página dos processos seletivos. Esse modelo de divulgação traz vantagens, especialmente, pela facilidade de acesso e pelo amplo alcance dessas plataformas. Porém, após o depoimento dos estudantes seria viável que o campus reavaliasse e incluísse novas formas de divulgação dessas ações, melhorando o alcance das informações ao maior número de discentes. Conforme sugerido pelos participantes, pequenas ações como uma divulgação física, poderia aumentar a adesão dos alunos aos programas de estágio.

Também foi averiguado junto aos entrevistados sobre os principais motivos para a falta de interesse aos programas de estágios. Os estudantes esclareceram que a situação não se deve à falta de interesse, mas sim ausências de ações informativas, à carência na divulgação de vagas, sobrecarga de atividades, à incompatibilidade entre os horários de estágio e os transportes intermunicipais, além da necessidade de realizar outras atividades no contraturno das aulas. Entretanto, demonstraram interesse em participar dos processos seletivos e em realizar o estágio, desde que haja reorganização de suas rotinas e maior clareza nas informações sobre estágio.

Com base nos dados apresentados, observa-se que, embora os estudantes reconheçam a relevância do estágio e demonstrem interesse em participar dessa atividade curricular, a maioria ainda não realizou essa prática. Com os depoimentos podemos verificar um afastamento na compreensão do estágio supervisionado como uma experiência formativa de natureza integrada, além da evidenciar a fragilidade da instituição de ensino em favorecer a aproximação dos estudantes com essa vivência.

De maneira geral, os discentes tendem a enxergar o estágio de forma simplificada, como uma atividade monitorada, onde eles podem aplicar na prática, os conhecimentos adquiridos em sala de aula, considerando também uma oportunidade para desenvolver habilidades ligadas à empregabilidade. Nesse contexto, a instituição de ensino precisa assumir um papel central na promoção de ações e incentivos a essa experiência, indo além do acompanhamento formal, ao oferecer informações consistentes sobre o estágio e sua articulação com os objetivos didático-pedagógicos do curso. Dessa forma, garante-se que essa atividade seja não apenas operacional, mas também reflexiva e enriquecedora, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Assim, torna-se indispensável que a instituição realize iniciativas que ampliem o conhecimento e compreensão dos estudantes sobre essa etapa curricular, esclarecendo seus objetivos, diretrizes e potencial formativo no âmbito da EPT. Além disso, é importante superar as limitações e falhas na gestão do estágio dentro da instituição, especialmente as relacionadas à comunicação e à divulgação dos processos seletivos e vagas de estágios, de modo a favorecer a participação efetiva dos estudantes nessa experiência educativa.

4.2 A PERCEPÇÃO DA COORDENADORA DO CURSO

A percepção da coordenadora do curso sobre o estágio supervisionado revelou seu reconhecimento da importância dessa etapa como elemento essencial na formação dos discentes. Para ela, o estágio possibilita que os estudantes possam colocar em prática o que vem aprendendo no ambiente escolar, propiciando a eles outras percepções além da sala de aula, ampliando sua visão do mundo do trabalho e sua compreensão sobre o exercício profissional. Contudo, aponta que a instituição ainda carece de ações mais efetivas para promover e incentivar essa prática curricular, evidenciando uma fragilidade entre o papel estratégico da escola e a efetividade de suas ações.

A Lei nº 11.788/2008 estabelece que cabe à instituição de ensino definir as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, acompanhar as condições oferecidas pela parte concedente, zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, como também elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos (Brasil, 2008). Nesse contexto, a coordenadora destaca a importância da instituição de ensino desenvolver ações de sensibilização e divulgação, que demonstrem a relevância dessa vivência para os estudantes. Ao incentivar e apoiar essa prática curricular, a escola não apenas

cumpra seu papel de formação, mas também contribui para a construção da autonomia e emancipação de seus estudantes.

A respeito do conhecimento das normativas que regulamentam o estágio, ela afirmou ter conhecimento da Lei nº 11.788/2008 (Brasil, 2008), embora não a tenha lido integralmente. Em relação a Resolução nº 58/2018, do Conselho Superior do Ifes (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2018), ela relatou já tê-la lido, mas de forma superficial. O conhecimento das legislações que regulamentam o estágio supervisionado é essencial para que essa experiência cumpra seu propósito de formação, beneficiando estudantes, instituições de ensino e empresas concedentes. Quando todas as partes envolvidas compreendem e respeitam as normas, o estágio se torna um instrumento eficaz de aprendizado, experiência e desenvolvimento profissional, social e humano.

Outro ponto abordado pela coordenadora foi em relação a forma como as informações e orientações são repassadas aos discentes. Ela afirmou que no momento do ingresso dos estudantes no campus, é apresentada a possibilidade de realização do estágio no decorrer do curso. Contudo, quando o aluno manifesta interesse em realizar o estágio ou participar de algum processo seletivo para essa finalidade, a coordenadoria o orienta a procurar diretamente o Setor de Estágios, para que sejam repassadas as informações referentes a contratação, relatórios e outros procedimentos burocráticos.

A coordenadora ainda destacou a importância de esclarecer aos estudantes, a dinâmica de um estágio, os papéis da instituição de ensino e da empresa concedente, as responsabilidades e direitos dos estagiários, principalmente em relação a carga horária, além de outras questões que possam auxiliar esses alunos no decorrer dessa atividade. Essa questão também foi um ponto observado pelos estudantes: a importância e a necessidade de conhecer mais sobre o estágio supervisionado, principalmente no tocante de seus direitos e deveres como estagiários.

É importante destacar que muitas das dúvidas relatadas pelos estudantes e apontadas pela coordenadora, como carga horária, atribuições, direitos e deveres dos estagiários, além das responsabilidades das instituições envolvidas, estão previstas na Lei nº 11.788/2008 (Brasil, 2008) e na Resolução nº 58/2018 do Conselho Superior do Ifes (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2018). No entanto, esse desconhecimento em relação as legislações comprometem a difusão e o esclarecimento das informações. O conhecimento das normas não apenas garante maior segurança aos envolvidos, como também contribui para que os estudantes assumam uma postura mais ativa, responsável e consciente ao realizarem o estágio, compreendendo seus direitos, deveres e o valor formativo dessa experiência.

A evolução dos alunos durante o estágio também foi percebida pela coordenadora, principalmente no que diz respeito à maturidade e à segurança profissional. No entanto, ela aponta que o único meio de registro dessa evolução são os relatórios exigidos por lei. Isso revela uma prática de acompanhamento ainda burocrática e limitada, em detrimento de uma abordagem mais formativa e reflexiva. Conforme Pimenta e Lima (2006), é preciso superar a lógica dos relatórios como

única forma de avaliação e fomentar práticas que permitam o diálogo, a análise crítica e o acompanhamento sistemático da trajetória do estagiário.

Outra questão abordada pela coordenadora foi sobre a forma como as vagas de estágio são divulgadas. Ela explicou que as ofertas são realizadas por meio de contatos informais com empresas via telefone, e-mail ou WhatsApp direcionadas aos professores da área técnica e à coordenação. Além disso, ela mencionou que algumas vagas são divulgadas pelo Coordenadoria de Comunicação e Eventos do *campus*. No entanto, conforme também apontado pelos estudantes, a divulgação das vagas ainda é insuficiente e pouco eficaz, o que faz com que muitos alunos sequer tomem conhecimento das oportunidades disponíveis. Assim, ela aponta como os possíveis motivos que justifiquem o baixo interesse dos discentes pela realização do estágio, a falta de divulgação, insegurança quanto à conciliação com as atividades escolares e desconhecimento dos benefícios que o estágio pode proporcionar.

Nesse sentido, o desenvolvimento de ações articuladas entre o Setor de Estágios, a coordenação do curso e os demais profissionais do instituto, mostra-se essencial para construção de uma cultura institucional que valorize o estágio como parte integrante da trajetória educativa. Nesse sentido, é importante que sejam estabelecidas estratégias mais claras e integradas, acompanhadas de uma comunicação eficaz e informações acessíveis aos estudantes, de modo que eles se sintam seguros e motivados a ingressar aos programas de estágio.

4.3 RODA DE CONVERSA REALIZADA COM OS DISCENTES

De acordo com Melo e Cruz (2014), a realização de roda de conversa permite a interação entre o pesquisador e os participantes, através de um espaço para diálogo e escuta, constituindo um ambiente onde os participantes possam expressar suas opiniões, anseios e dúvidas, contribuindo para a riqueza do debate sobre o tema abordado.

Assim, com o intuito de compreender o que os discentes sabem, pensam, desconhecem e desejam saber sobre o estágio supervisionado, foi realizada uma roda de conversa com os estudantes do 3º e 4º anos do Curso Técnico em Informática para Internet.

A atividade teve início com a apresentação da pesquisadora, seguida pela apresentação voluntária dos estudantes que se sentiram confortáveis em se expressar. Na sequência, com a finalidade de verificar o conhecimento prévio dos estudantes sobre o estágio supervisionado foi confeccionada uma nuvem de palavras *online*, utilizando as ferramentas do site *Mentimeter.com*. Antes da atividade foram realizadas as seguintes perguntas norteadoras para estimular a reflexão: “O que vem à mente de vocês quando falamos sobre estágio supervisionado?” “Quais são os primeiros pensamentos que vocês têm quando ouvem falar de estágio?”, “Já ouviram falar de algum colega ou conhecido que já realizou estágio? Como foi a experiência?”. A nuvem de palavra gerada ilustra as respostas obtidas:

Figura 1: Nuvem de palavras indicando o que os alunos sabem sobre estágio supervisionado



Fonte: Dados da pesquisa (2024), elaborado com o auxílio do site *Mentimeter.com*.

Ao analisarmos as respostas geradas a partir das percepções dos estudantes, sobre o estágio supervisionado, constatamos que eles associam essa experiência principalmente ao aprendizado, à prática e ao desenvolvimento, evidenciando a importância do estágio como um momento de aquisição de habilidades e preparação para o mercado de trabalho. Além disso, os termos “oportunidade”, “orientação” e “experiência” destacam o estágio como um caminho para a imersão no ambiente profissional, enquanto palavras como “emprego”, “renda” e “liberdade” sugerem a expectativa de retorno financeiro e autonomia. Esses elementos reforçam o estágio supervisionado como um componente fundamental na formação técnica e profissional, porém como já discutido em tópicos anteriores, mostra o distanciamento dessa prática como uma experiência formativa no âmbito de uma educação integral e unitária.

Após a elaboração da nuvem de palavras, foi realizada uma discussão com os estudantes como o objetivo de explorar percepções, sentimentos e opiniões em relação ao estágio supervisionado. Para auxiliar a discussão foram realizadas as seguintes perguntas de apoio: “Como vocês se sentem em relação ao estágio?”, “O que vocês acreditam que pode ser aprendido durante essa experiência?”, “Que tipo de apoio vocês acham que seria importante receber da escola e dos orientadores durante o estágio?”. Os estudantes indicaram o estágio como uma ação positiva para a aprendizagem, trazendo exemplos de ações do seu cotidiano e levando ao aprofundamento em relação orientação, supervisão, experiências. Segue algumas falas dos estudantes sobre a discussão:

Estágio supervisionado, como a própria palavra diz, é supervisionado porque tem que ter alguém por trás orientando e supervisionando a gente. Aí eu vou trazer um exemplo da Lilian, de nossa professora de geografia. Eu acho que ela é uma ótima professora e nos seminários dela, que são os temidos pelos alunos daqui do Ifes, primeiramente, né, a gente tem que ler muito, o último seminário que a gente fez, a gente teve que ler oito artigos. Só no meu grupo foram mais de 237

páginas para ler. Eu acho que a supervisão de um profissional que entende da área, é necessária para a gente chegar aonde a gente quer chegar. E o estágio supervisionado, a gente está, tipo, tendo experiência e alguém está nos supervisionando como a gente tem que trabalhar para ter uma melhor experiência. (R8)

Eu senti isso mesmo, que o estágio é um meio pelo qual a gente tem a experiência e dependendo também do curso, não desmerecendo outros cursos, mas tem cursos que exigem mais as nossas experiências. Por exemplo, a medicina. É um estágio que você precisa ter, porque você precisa ter aquela experiência no centro cirúrgico, você precisa saber como você tem que tratar um paciente, como você tem que conversar com um paciente. Então, eu acho que sem o estágio, a medicina, por exemplo, ela ficaria muito abstrata para o mundo de trabalho atual. Ou seja, a gente precisa ter o estágio para ter aquela experiência de como a gente vai agir dentro dos hospitais e do mercado de trabalho. (R2)

Quero acrescentar também que no caso do estágio, da minha experiência com o estágio, aqui e lá, mesmo com a supervisão, a gente também deve buscar sempre melhorar para dentro da empresa a gente ser reconhecido por algo que às vezes não nos ensinaram. Mas ainda, mesmo que eles não ensinaram, eles têm que supervisionar para ver se a gente está fazendo certo. Então, essa questão de supervisão é muito importante. Só que a gente também tem que buscar sempre adquirir mais conhecimento para fazer o melhor serviço possível. (R1)

Eu acho que não se aprende a andar de bicicleta sem cair. E se você cai, no caso, você errar no emprego, sendo você contratado, você é demitido. Se você errar no estágio, você tem ali, o seu supervisor, você tem a oportunidade de aprender com ele. O supervisor, nesse caso, ele seria uma espécie de rodinha, seguindo a analogia da bicicleta. Então, eu acho que para a gente aprender a andar de bicicleta, aprender a se comportar, você precisa aprender a passar pela fase da rodinha, passar pelo estágio. É o que eu acho. Acho que essa é a principal importância do estágio. (R3)

Então, é só acrescentar que realmente o estágio é algo que vai abrir portas, tanto para a criação das redes de contato, pois é o primeiro contato que muitos possuem com o trabalho, que a gente vai conseguir novas oportunidades e também que vai contar bastante para a pessoa conseguir o primeiro emprego, porque no primeiro emprego se você já tiver alguma experiência, já é algo que vai contar mais, porque você vai ter um trabalho em equipe que vai te colocar na frente de outras pessoas que não têm experiência, que foram para o mercado de trabalho sem nenhum estágio. (R10)

As falas dos estudantes revelam percepções em construção sobre o estágio supervisionado, ainda que nem todos compreendam seu caráter formativo. A supervisão é vista como um suporte importante para a vivência prática, sendo comparada à “rodinha de bicicleta” (R3), que prepara gradualmente para o mercado de trabalho. A presença de um orientador contribui para o aprofundamento dos conhecimentos e o amadurecimento profissional, conforme exemplificado no relato

do estudante R8. Os discentes também valorizam o estágio como uma oportunidade para além da exigência curricular, destacando seu papel no desenvolvimento de competências como autonomia, iniciativa e trabalho em equipe (R1 e R10). Mesmo com apoio, reconhecem a importância do esforço individual e da aprendizagem diante dos desafios. Assim, o estágio é percebido como um espaço de formação contínua, onde se aprende a agir, refletir e interagir.

Posteriormente, abriu-se o diálogo para discussão das expectativas em relação ao que gostariam de aprender com o estágio. As contribuições dos estudantes foram sistematizadas em três eixos de aprendizagem: técnica, pessoal e social. No campo técnico, destacaram-se o aprimoramento das atividades específicas da área, o uso de ferramentas, aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula e resolução de problemas. No aspecto pessoal, os estudantes enfatizaram o desenvolvimento do pensamento empresarial, a autoconfiança, a capacidade de lidar com desafios e a busca pelo autoaperfeiçoamento. Já na dimensão social, foram apontadas competências essenciais para o convívio no ambiente organizacional, como trabalho em equipe, respeito à hierarquia, comunicação e construção de redes de contato. Essas aprendizagens reforçam a importância do estágio supervisionado como um espaço formativo múltiplo, que ultrapassa a dimensão técnica e favorece o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Em seguida, uma nova nuvem de palavras foi gerada para identificar os aspectos do estágio que os estudantes desejavam conhecer melhor. As palavras “direitos” e “deveres” apareceram com destaque, revelando o interesse em compreender as dimensões legais e operacionais dessa prática. Também surgiram termos relacionados à busca de vagas, elaboração de currículo e informações sobre remuneração, indicando o desejo por orientações práticas.

As discussões desenvolvidas ao longo da roda de conversa revelaram que as respostas dos estudantes estão fortemente fundamentadas na dimensão da empregabilidade e do ingresso ao mercado de trabalho. No entanto, também ficou evidente o interesse em compreender mais sobre o tema enquanto etapa formativa, especialmente no que diz respeito aos direitos e deveres do estagiário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Profissional e Tecnológica, por meio do Ensino Médio Integrado, tem contribuído para a formação dos jovens, não apenas no preparo para o mundo do trabalho, mas também na promoção de uma formação holística, que valoriza tanto as habilidades técnicas, como também os saberes socioemocionais e éticos. Nesse contexto, o estágio supervisionado emerge como um componente curricular importante para a formação humana integral, proporcionando aos alunos a oportunidade de compreender teoria e prática como fatores indissociáveis do processo educativo.

Em relação à percepção dos estudantes sobre o estágio supervisionado, as entrevistas e a roda de conversa, revelaram que os discentes

reconhecem de forma parcial a importância do estágio para sua formação. Em geral, eles associam essa prática como uma possibilidade de colocar em ação os conhecimentos adquiridos em sala de aula e laboratórios, considerando-o uma oportunidade de obter experiências e facilitar a inserção ao mercado de trabalho. No entanto, essa percepção limitada desconsidera o verdadeiro potencial formativo do estágio, sua contribuição para o aprimoramento de competências e para a construção de uma compreensão crítica e reflexiva sobre o mundo do trabalho.

Um dos fatores que contribuem para essa percepção limitada é a fragilidade na comunicação institucional sobre o estágio, somada à ausência de uma orientação sistemática e contínua. As entrevistas evidenciaram que, ao longo do curso, não há momentos estruturados para informar e sensibilizar os estudantes sobre a importância dessa vivência em sua trajetória formativa. Essa lacuna impacta diretamente na baixa procura por programas de estágios, uma vez que muitos alunos não compreendem plenamente seu valor educativo.

Além disso, os próprios estudantes apontaram alguns receios que os desmotivam a buscar essa experiência, especialmente aqueles relacionados a gestão do tempo e ao impacto do estágio em suas rotinas de estudo. A carga horária do curso, aliada à participação em atividades no contraturno, faz com que o estágio, por não ser obrigatório, seja frequentemente posto em segundo plano, especialmente por não comprometer a conclusão do curso técnico.

Nesse sentido, torna-se pertinente refletir sobre a necessidade de reformulação Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), especialmente no que no que diz respeito à definição da carga horária mínima destinada ao estágio supervisionado. Uma revisão nesse sentido poderia favorecer não apenas o incentivo e motivação para a realização dessa prática, mas também reforçar sua dimensão formativa.

Outro ponto de vulnerabilidade apontado pelos estudantes refere-se à divulgação das oportunidades de estágio. Muitos relataram que as oportunidades não chegam de forma clara e acessível ao público-alvo. Atualmente, a principal via de divulgação ocorre por meio das redes sociais, o que, embora válido, não tem sido suficiente para alcançar todos os interessados.

Nesse caso, se faz necessário a instituição diversificar e fortalecer os canais de comunicação com os estudantes. A criação de murais físicos ou digitais nas dependências da instituição, a realização de palestras e eventos com recrutadores, o envio de comunicados por e-mail, bem como o oferecimento de ações de orientação profissional, como oficinas para elaboração de currículos, simulações de entrevistas e rodas de conversa com ex-estagiários, são estratégias que podem não apenas melhorar o acesso à informação, mas também preparar os estudantes para as oportunidades disponíveis. Ao combinar diferentes iniciativas de divulgação e capacitação, amplia-se o alcance das ações e se cria um ambiente mais favorável para que os discentes se sintam encorajados e preparados para vivenciar o estágio de forma mais significativa.

Assim, embora a instituição demonstre um compromisso legal em relação ao estágio supervisionado é necessário aprimorar as práticas de planejamento, incentivo, orientação e divulgação em relação a esse componente curricular, com a

finalidade de que essa prática se consolide como uma ferramenta relevante no processo de ensino-aprendizagem e na promoção da formação humana integral na EPT.

Uma estratégia para apoiar a instituição no repasse de informações, bem como promoção e incentivo ao estágio supervisionado, consiste na elaboração de um guia de orientação. Esse material teria como finalidade disponibilizar informações claras e acessíveis sobre o estágio e sua legislação, além de oferecer dicas e conteúdos que aproximem os estudantes ao tema, apresentando caminhos para aqueles que desejam vivenciar essa experiência.

Dessa forma, entende-se que os objetivos propostos por esse estudo foram alcançados. No entanto, as reflexões aqui apresentadas não esgotam as possibilidades de análise sobre o tema. O estágio supervisionado é um campo vasto e multifacetado, que permite a investigação de diferentes aspectos, públicos e contextos.

Ao reconhecermos o estágio como um importante instrumento para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, as instituições de ensino podem fortalecer seu compromisso com a formação de cidadãos críticos, criativos e comprometidos com uma educação de qualidade associada a uma aprendizagem significativa, possibilitando que os estudantes compreendam o estágio como uma oportunidade concreta de aprendizagem, que favorece o seu processo formativo em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/4scarxmc>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Lei 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 06 abr. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

Clavatta, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; Clavatta, Maria; Ramos,

Marise Nogueira. (Orgs.). **Ensino Médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte. v. 23, n. 1, p. 187-205, jan-abr, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>. Acesso em: 23 jan. 2024.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, n. 53, p. 171-186, jul/set, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/kKhXcCMp56LZ5R54fsL4PFq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira(orgs.). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. 3ed. São Paulo: Cortez: 2012. p. 57-82.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº 58**, de 17 de dezembro de 2018. Regulamenta os estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Vitória, 2018. Disponível em: https://ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2018/Res_CS_58_2018_-_Regulamenta_Est%C3%A1gios_dos_alunos_do_ifes.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcisio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Revista Educação & Sociedade**, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out-dez, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Jr9sGWbKhNRCFwFBMzLg34v/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Almeida; OMOTE, Sadao. (Org.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003, p. 11-25. Disponível em:

https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes_sobre_a_elaboracao_do_roteiro.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MELO, Marcia Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/22222>. Acesso em: 28 nov. 2023.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Poíesis Pedagógica**, v. 3, p. 5-24, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/10542/7012>. Acesso em: 20 fev. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. **Coleção Formação Pedagógica**, v. 5. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

RAULINO, Cíntia Grazielle de Souza; DIEMER, Odair. O estágio como prática educativa no currículo integrado: percepções docentes e discentes. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1815>. Acesso em: 04 jun. 2023.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 12, n. 34, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2024.

SILVA, Cissa Gabriella; MARCUSSO, Marcus Fernandes. Ensino Médio Integrado e o mundo do trabalho: o estágio supervisionado no contexto do IFSULDEMINAS - campus Poços de Caldas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 22, p. 1 – 22, e11680, Jan. 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11680>. Acesso em: 04 jun. 2023.

SOUZA, José dos Santos. Mediação entre a escola e o novo mundo do trabalho na formação de técnicos em nível médio. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 1, p. 123-140, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/3nrp9k9J4V8JLZrJyLTNbLP/?lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2023.

ZABALZA, Miguel Ángel. **O Estágio e as Práticas em Contextos Profissionais na Formação Universitária**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.